

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Décima-sexta Sessão Ordinária
30 – 31 de Janeiro de 2011
Adis Abeba, Etiópia

Assembly/AU/15 (XVI) Add.6
Original: Inglês

A MULHER COMO RECURSO NO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E NO CRESCIMENTO ECONÓMICO EM ÁFRICA.
(Ponto proposto pela República da África do Sul)

**A MULHER COMO RECURSO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E NO
CRESCIMENTO ECONÓMICO EM ÁFRICA**
(Ponto proposto pela República do Chade)

I. OBJECTIVO

1. O continente percorreu um longo caminho para emancipar a mulher, com uma série de iniciativas ao nível da União Africana (UA), sobre o envolvimento e a participação da mulher e sobre o seu papel nas principais actividades económicas em todos os sectores da actuação humana, essenciais para o desenvolvimento sustentável de África. Pesquisas indicam que as mulheres constituem a maioria da população pobre, tanto nos contextos rurais como urbanos em África. Em todo o continente, as mulheres envolveram-se em actividades que visam o seu desenvolvimento e capacitação, de modo a desempenhar um papel construtivo na sociedade. Entre essas actividades, inclui-se o combate ao aumento inadmissível de mulheres em situação de pobreza, a melhoria do acesso da mulher ao ensino e aos serviços de saúde, a definição do papel da mulher em relação à preservação do meio ambiente, o aumento do número de mulheres na política e nos processos de paz, a melhoria dos direitos civis e humanos da mulher, dedicar uma atenção especial às preocupações das jovens mulheres, ter em conta a perspectiva do género na formulação de políticas económicas e de desenvolvimento, através da recolha e análise de dados do género.

2. A Conferência de Beijing, em 1995, destacou a emancipação da mulher como sendo uma das principais metas de desenvolvimento do século 21. A Conferência adoptou uma Plataforma para Acção, que apelou à integração da perspectiva do género na concepção, implementação e monitorização de todas as políticas e programas, sobretudo os programas de desenvolvimento. Ao nível da União Africana, a Política do Género da UA abarca Decisões e Declarações da Conferência e outros compromissos mundiais em matéria do género e da emancipação da mulher e demonstra a continuação da liderança da União Africana na promoção da igualdade do género no continente. Entre estas estão a adopção do Artigo 4º (L) do Acto Constitutivo da União Africana, que consagrou o Princípio da Paridade, o Protocolo da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África e a Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África, entre outros. A Política do Género proporciona um mandato para a operacionalização pelos órgãos da UA dos compromissos da Conferência, os quais serão reavaliados periodicamente. Ela complementa também a implementação desses compromissos em curso nos Estados Membros e nas Comunidades Económicas Regionais (CERs).

3. Na região, a assinatura de uma Declaração sobre o Género pelos líderes da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em Setembro de 1997, na sua reunião em Malawi, e a assinatura do Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento em Sandton, África do Sul, em 2008, são uma indicação dos passos dados na direcção certa e do trabalho positivo que pode resultar dessa articulação e consulta. A Declaração faz com que os Estados Membros se comprometam a erradicar

as desigualdades do género na região, a integrar o género em todas as actividades da SADC, a criar uma estrutura de Ministros responsáveis pelas questões de género e a nomear pontos focais nos Estados Membros, bem como a criar uma unidade de género no Secretariado da SADC. O mesmo ocorre ao nível continental, uma vez que noutras Comunidades Económicas Regionais em todo o continente existem esforços, iniciativas e instrumentos semelhantes.

4. Apesar de todas estas iniciativas, as realidades quotidianas no terreno demonstram que a mulher continua a enfrentar dificuldades. Embora muitos países tenham ratificado os acordos das Nações Unidas (NU), tais como a Convenção para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher, que lhe garante a igualdade de direitos e protecção contra a discriminação, isto até agora não teve impacto na formulação das políticas, nem se traduziu numa melhoria de vida e das condições de trabalho para a mulher. Consequentemente, isto dificulta o desenvolvimento de África, porque exclui as perspectivas, as competências e o dinamismo de mais da metade da população de África, que são as mulheres. Sem um compromisso construtivo, consubstanciado na mudança de políticas e no fornecimento de recursos para abordar as causas subjacentes da situação da mulher, a África não pode esperar um grande progresso no seu desenvolvimento e na sua renovação.

5. A maioria das mulheres Africanas permanecem confinadas à execução de tarefas domésticas, tais como cuidar das crianças, dos doentes e dos idosos, além de desempenharem funções sociais essenciais nas suas comunidades. Elas constituem a espinha dorsal da economia rural numa grande parte da África subsaariana. A produção de alimentos é a principal actividade económica da mulher rural e as suas responsabilidades e contribuição no trabalho, é muitas vezes superior à dos homens em muitas zonas da África. Com a actual situação de segurança alimentar no continente, agravada pelos efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas, as mulheres trabalham incansavelmente para alimentar e garantir a subsistência das suas famílias.

6. É deveras importante reconhecer o facto de que o papel das mulheres na agenda de desenvolvimento é o elo que falta, que, ao existir, poderá, sobretudo, permitir a realização de um verdadeiro desenvolvimento. É igualmente fundamental que os decisores políticos não só assinem acordos internacionais, mas também os implementem de modo que esses façam parte das nossas políticas e constituições nacionais; e trabalhem com as mulheres para melhorar as suas condições e, assim, acelerar o desenvolvimento de África. Os governos devem adoptar uma abordagem inclusiva, em associação com as agências de desenvolvimento e a própria mulher, com vista a remover os constrangimentos sociais, económicos e jurídicos sobre a mulher. A mulher africana é fundamental para o desenvolvimento e devem ser feitos esforços no sentido de desenvolver a sua capacidade de liderança, com vista a fazer progredir o desenvolvimento do continente. As capacidades de liderança da mulher na sua comunidade, grupo e associação, precisam do apoio e do espaço necessário para se desenvolver. As instituições e os mecanismos da mulher para tomada de decisão na comunidade, no emprego e em negociações devem ser reconhecidos e utilizados de

modo a aumentar a participação da mulher e o seu poder de tomada de decisão na sociedade. O papel da mulher na política e na tomada de decisões é crucial.

7. A Organização Pan-Africana da Mulher (OPM) foi criada para lutar pela emancipação da mulher, apoiar os movimentos de libertação e os refugiados no continente, sobretudo a independência dos países africanos. A OPM esforça-se para alcançar o desenvolvimento socioeconómico, especialmente nos países membros e a nível internacional, bem como reforçar a cooperação e a solidariedade entre as mulheres africanas e do mundo. No entanto, a OPM depara-se com inúmeros problemas, como a falta de financiamento. Por isso, é imperioso apoiar a revitalização desta organização Panafricana, para reflectir o compromisso que os líderes africanos têm para com ela.

II. Elementos de decisão que se procuram na Cimeira da UA:

- Propõe-se que Estados Membros da UA se comprometam a financiar os programas regionais relacionados com o género.
- É também necessário que haja uma reafirmação da integração da perspectiva de género nas políticas e programas nacionais.
- A fim de garantir a execução dos programas de género, é importante reforçar a capacidade das instituições do género a nível continental, regional e nacional.
- Os Estados Membros e as CERs devem ser instados a utilizar ao máximo os Escritórios Regionais da OPM sedeados nas suas regiões específicas, para aumentar a contribuição da mulher no desenvolvimento do continente.

2011-01-30

Women as a resource in sustainable development and economic growth in Africa (Item proposed by the Republic of South Africa)

African union

African union

<http://archives.au.int/handle/123456789/5765>

Downloaded from African Union Common Repository